

A Edição de Livros Como Formulação do Mundo: Ideias e Casos

Nuno MEDEIROS¹

Resumo: Este artigo incide sobre o editor de livros e o papel de mediação cultural e social que este exerce na sua actividade prescritiva e mediadora. Procura-se analisar o editor numa dupla vertente: a personagem social nas suas práticas e propósitos de constituição de públicos, mercados, hierarquias e modos de ler e extrair sentido, por um lado, e um conjunto de casos que permitam historicizar as possibilidades e contradições que esta personagem social encontra em contextos particulares, por outro. Na tentativa deste conhecimento convocam-se exemplos de formas contemporâneas de consagração e configuração de públicos leitores em Portugal, através da exploração de colecções editadas em épocas específicas do século XX, de prémios promovidos pelo sector editorial e pelo Estado (durante o regime ditatorial do Estado Novo), e de dois casos de acção editorial a partir do intercâmbio luso-brasileiro (ilustrados pelos projectos editoriais luso-brasileiros de António de Sousa Pinto e de Álvaro Pinto).

Palavras-chave: livro; edição; prescrição e mediação editorial; editor como personagem social.

La edición de libros como formulación del Mundo: ideas y casos

Resumen: Este artículo se centra en el editor de libros y en el papel de mediador cultural y social que este ejerce sobre su actividad prescriptiva y de mediación. Se intenta explorar el editor en dos direcciones: por un lado, el personaje social en sus prácticas y propósitos de constitución de públicos, mercados, jerarquías y formas de leer y de interpretar, y, por otro lado, se analiza un conjunto de casos que permiten inscribir históricamente las posibilidades y contradicciones que este personaje social encuentra en contextos particulares. Buscando este conocimiento,

¹ Professor de Sociologia. Pesquisador de Sociologia e História. Instituto Politécnico de Lisboa e Universidade Nova de Lisboa. E-mail: nuno.medeiros@fesh.unl.pt

se presentan ejemplos de las formas contemporáneas de consagración y configuración de públicos lectores en Portugal, mediante la investigación de colecciones editadas en determinados momentos del siglo XX, de algunos premios organizados por la industria editorial y el Estado (durante la dictadura de Estado Novo), y de dos casos de acción editorial a partir del intercambio Luso-Brasileño (ilustrados por los proyectos editoriales de António de Sousa Pinto y de Álvaro Pinto).

Palabras-clave: libro; edición; prescripción y mediación cultural; editor como personaje social.

A Edição de Livros Como Formulação do Mundo

Num quadro de aprofundamento das trocas intelectuais e de disseminação de um mercado de produção e consumo técnico e cultural, no qual se podem conceber as sociedades contemporâneas como estruturas de organização social fundadas, entre uma miríade de outros atributos, tanto num grau elevado de afluência e de desenvolvimento material e intelectual, quanto num funcionamento político no qual tenha sido possível nascer e crescer uma noção de espaço público de circulação das ideias, uma das características que mais impressiona é o facto de que se trata de sociedades que se poderiam designar de tipográficas, na medida em que o seu recorte é amplamente definido e ordenado pelo objecto material e conceptual livro – objecto especial, transformado metaforicamente em paradigma do que é impresso e tornado público (Martin; Febvre, 1958; Eisenstein, 1979; Darn-ton, 1979; Chartier, 1987; Johns, 1998). A relevância do livro na elaboração do mundo chega a ser aquilatada através da sua inserção material e simbólica na estruturação de comunidades e elementos colectivos de natureza espiritual e política. Para não alargar os exemplos na dimensão espiritual, confirmam-se os contornos dos usos do livro como arma no que Elizabeth Eisenstein (2011) apoda de guerra civil na cristandade pós-Lutero. Como três exemplos do segundo caso, veja-se a importância da fixação da palavra escrita no impresso massificável e circulável nas línguas vernáculas, constituindo factor de harmonização e uniformidade linguística em torno de comunidades imaginadas como nacionais na Europa (Anderson, 1991), ou como elemento com forte contributo para a sedimentação de um modelo cultural orientado para o fabrico e consolidação de uma unidade política, como a germânica oitocentista (Barbier, 1995), ou ainda como instrumento mobilizável na luta política como instância de socialização ou de circunscrição ideológica, mesmo se

ausente de práticas de leitura efectivamente generalizadas num contexto basista (Maués, 2013a; Deaecto; Mollier, 2013).

Evidentemente que o vocábulo “tipográficas” com que se nomeia este tipo de sociedades é, no quadro tecnológico actual, alargado a outros campos de expressão escrita, editada e publicada, da fotocópia à desmaterialização e virtualização do texto. A relevância do livro enquanto expressão máxima de uma cultura suportada no texto escrito e na capacidade da sua descodificação mediante o exercício da leitura é a trave-mestra de um universo complexo e contraditório. Origem e destino das faculdades de escrita e leitura, o livro emerge e mantém-se solidamente como símbolo de civilização, como marca de ordenamento do mundo e como cunho de domesticação e fixação do pensamento, inscrevendo-se frequentemente num exercício de comparação, quantas vezes evolucionista, entre sociedades letradas e pré-letradas. O livro e a cultura que nele se inscreve, mas que também o inscreve no nosso quotidiano de práticas e de referências, tornou-se factor de progresso e indicador material segundo o qual o desenvolvimento tende a ser percebido e até medido.

O texto no livro é, então, frequentemente visto como monumento, fixação hierática que estabelece por si mesma uma hierarquia entre estruturas sociais, quer predomine a cultura escrita, quer impere a cultura oral. A cultura oral, assente na volatilidade textual, é observada pela cultura escrita como incapaz de estabilização narrativa. No centro da cultura escrita, mais ainda impressa, radica-se o *homo scrivens*, configurando-se a ideia e a prática escriturais como garantia de avanço no contexto das faculdades humanas, como razão do controlo das ideias e como elemento de organização social (Goody, 1986). É desta conjunção que resulta uma das características mais típicas das sociedades tipográficas, a da fixação textual como caução de verdade. Através de um longo percurso histórico que até recentemente procurou circunscrever a um clube restrito os textos e os autores eleitos para publicação, muitas vezes com um cunho erudito e associado ao que de mais belo o espírito humano produziu, consolidou-se a crença generalizada que o processo de publicação, como processo de selecção, constituiria por si só uma garantia para o leitor, que associa frequentemente o publicado a legítimo. Um dos resultados do processo histórico que configurou as sociedades aqui designadas de tipográficas é o da transformação do livro editado em sistema de autorização do que nele se contém, selo de garantia cujo promotor é o editor ou a casa que representa.

Diga-se que a pureza e linearidade que parece decorrer destas linhas nunca terá correspondido inteiramente à efectiva realidade, historicizada e tornada viva pelo contexto e pelos actores. Sê-lo-á até cada vez menos, num quadro de erosão da figura do editor como personagem solitária ou rodeada de colaboradores próximos devotados ao livro e à cultura como labor do impresso, quantas vezes romanceado e mitificado. A emergência de grupos económicos de dimensão crescente e número decrescente, dos quais a componente cultural tende a ser uma fileira partilhada, e o desenvolvimento tecnológico, mercantil e social de práticas de auto-edição (associado ao surto do livro digital), já estão a exercer um efeito de torção no sistema (Bragança, 2005; Furtado, 2006; Mollier, 2007; Darnton, 2009; Thompson, 2010; Medeiros, 2012a), sem contudo colocar em causa o circuito de autorização e legitimação de que se está a falar. Em todo o caso, não parece ser arriscado presumir que o leitor, confrontado com o escrito tornado público por um circuito de outorga de verdade (o da edição de livros), consignar-lhe-ia um valor de confiança, assegurado de que o conteúdo editado seria sinónimo de correcção, afinamento, depuração, elevação. Em sociedades assim configuradas, o tipográfico significa autonomia e validação de um texto e da sua autoria. Por ser publicado e, desse modo, ter passado por um suposto processo de escolha e escrutínio, um texto passado a livro ganha esse poder mágico do transporte de verdade, instituindo a cultura tipográfica (e, de certa forma, a cultura do copismo manuscrito antes dela) como regime de autoridade. Em suma, o texto editado – pressupondo por isso actuação editorial – é visto como verdadeiro e recomendável, emergindo a intervenção editorial como outorga de verdade e autorização (Altbach, 1995; Brewer, 2002; Chartier, 1996; McGann, 2002; Lane, 1975; McKenzie, 1986; Powell, 1985; Medeiros, 2009).

É, portanto, uma evidência, senão um truísmo, que a palavra publicada exerce sobre o mundo edificado pelo homem moderno um efeito que simultaneamente o ordena e é atestador desse ordenamento, manifestando-se como um repositório de verdade que, como asseguraria Michel Foucault (1984), tece um discurso cuja produção carece de permanente organização, distribuição e controlo. Neste processo de efectivo governo das ideias, expressas por conteúdos e por formas, a edição de livros surge como lugar e acção. Lugar e acção de editar, de publicar o que se editou, de disseminar e fazer distribuir o produto, de constituir um mercado para o consumo do livro, mercado esse que torna concomitantes o sentido

da existência do livro editado e publicado e possibilita a viabilidade de permanência da actividade de editar.

Este circuito, que não termina nem começa no editor (fale-se do autor, do livreiro, do distribuidor, e de todos os ofícios que concorrem para que o livro se concretize e circule), fabrica o livro, fabricando por isso uma proposta textual sobre o mundo ou sobre uma parte do mundo, conferindo-lhe o poder eventual de ordenar o mundo, de formular. E esta formulação prescrita no livro através do processo de escolha e recorte editorial está tão presente na vida colectiva das sociedades contemporâneas, mesmo nos grupos mais dissociados e afastados no seu quotidiano e nas suas preferências valorativas do objecto e da ideia de livro, que é frequentemente vista como natural.

Premiar e Consagrar: Legitimar, Cooptar ou Vender?

A proposta prescritiva da edição não consiste apenas em naturalizar o complexo processo de editar e tornar público. O editor actua no campo do governo das ideias formulando um mundo feito de inclusão ou exclusão, fazendo, nas simples, desassombradas e contundentes palavras de Pierre Bourdieu, “passar do oficioso ao oficial” (Bourdieu; Chartier, 1993, p. 294). Não é novidade perceber que a recusa ou a aceitação de publicação desempenham, a par de actores como a academia e o Estado, um papel não despreciando na estruturação da memória impressa e no escalonamento dos textos e autores canónicos de um país, tradição ou grupo social (Petrucci, 1995).

Como referido, a disponibilidade da auto-edição, conjugada com sistemas de distribuição automática e digital, mitiga, quando não anula esta característica tradicional da edição. Surge então um segundo nível de caução, de molde mais simbólico, próprio dos sistemas de chancela, com repercussões na forma como os autores são vistos e as obras percebidas junto de comunidades de sentido mais ou menos alargadas (como grupos de pares ou de leitores); e como vendem. O benefício da editora é, frequentemente, o cunho legitimador sobre o livro. Ser publicado em editoras diferentemente posicionadas em hierarquias culturais em permanente edificação pode suscitar interpretações diversas sobre o mérito de um autor e do que escreveu, o que instaura novas ordens de inclusão e de exclusão. Não é de estranhar o surto de empresas editoriais que actuam no crescente nicho da auto-edição, com serviços de distribuição e de aposição de um selo editorial, isto é, de um nome de marca que

maquilhe o facto de uma obra ver a luz do dia em edição de autor... com editor.

Tanto no plano da edição literária como no da edição de ensaio e científica, embora nesta com um peso mediático muitíssimo menor, uma das variáveis que assumiu maior relevância terá sido a do prémio como instrumento de consagração. É ocioso recordar que o acto de galardoar uma obra publicada se assume como uma das vias de credencialismo e legitimidade com maior tradição no quadro do universo do livro (Simonin, 1998). Em universos editoriais nacionais de concorrência tradicionalmente elevada os prémios consolidaram-se como elemento habitual na vida literária, esperados com regularidade anual ou bienal. Mas em países com menor tradição, o cenário também parece estar a mudar. Nos últimos anos, a proliferação de prémios incrementou, reconfigurou mesmo, a agenda e a actividade de editoriais, comissões organizadoras de festivais literários ou a esfera bloguística, num quadro de atenção crescente dos vários média aos candidatos e aos trabalhos agraciados (Roberts, 2011). As semanas que antecedem a sua entrega geram efervescência entre os actores da edição, da crítica, da imprensa especializada e até generalista, e também das entidades e empresas com responsabilidades de consultadoria e representação editorial, procurando captar a atenção dos potenciais compradores e polarizando-a nos favoritos.

O fenómeno dos prémios prende-se com uma feição mais comercial do que propriamente literária. Mesmo nos casos em que o prémio é promovido por uma entidade pública, como uma câmara municipal ou um instituto do Estado, o valor de promoção para o laureado constitui um potencial de reconhecimento que poderá vir a traduzir-se em vendas futuras, quer da obra premiada, quer de outros livros passíveis de publicação a partir da legitimidade acrescida que o prémio pode transportar. Por outro lado, arengar sobre os méritos de um escritor injustamente ignorado ou sobre os deméritos de um autor laureado ergue uma moldura de debate e controvérsia – só esporadicamente de natureza literária ou científica – a propósito dos prémios que tem o indubitável efeito de promover o seu poder. E é esse, em larga medida, o poder dos prémios, o de se revelarem vitais para a agitação mediática da vida cultural livresca e para o sucesso financeiro dos editores, mesmo dos que possam não ser agraciados com o galardão (Fouché, 1991). Uma editora que não tenha publicado um determinado título ao qual tenha sido atribuído um galardão literário de maior ou menor impacto, pode legitimamente aspirar a um incremento das vendas se o seu catálogo contemplar

outros livros do mesmo autor. E esse elemento relativo à edição de um escritor agora consagrado não deixará seguramente de ser anunciado por essa editora.

Ao favorecer o estabelecimento de um regime de autorização e de caução de qualidade, o prémio procura instituir-se como elemento produtor de classificação: do que é bom, do que vale a pena, do que merece destaque. Trata-se de um processo de elaboração de uma realidade hierárquica, logo, por contraste, de uma realidade desclassificatória do que não é bom, do que não vale a pena, do que não merece destaque. Se a edição de livros funciona a partir do desiderato da constituição de públicos, que funcionem como mercados, deve sublinhar-se que esses mercados não se firmam apenas no pressuposto do rédito económico. Ou seja, ao concorrer para a constituição e reconstituição de públicos, a actividade editorial de publicar um livro ou um conjunto de livros de uma certa maneira já está a concorrer para a configuração de posicionamentos no plano dos produtos intelectuais, dando um forte contributo para a estratificação dos mesmos e dos modos de os ler e deles extrair sentido.

Nesta medida, a consagração no âmbito do livro não deriva apenas da acção directa da edição. A pretensão ao controlo do sentido e à instauração dos regimes de verdade classificativa, em perene confronto de legitimidades, também existe como intenção patente nas práticas de outros actores, como os poderes públicos. Neste particular, o desígnio prende-se não raro com o desenho de mecanismos de adesão, fórmula especialmente visível e verificável em Estados não democráticos. No regime político autoritário, a aposta é na capacidade junto do campo autoral de sedução e captação destes mecanismos de adesão, de que os prémios serão um dos paradigmas. O fim instrumental da instituição de prémios nestas circunstâncias é frequentemente o de arregimentar autores que gerem número suficiente para criar comunidade. Abre-se assim caminho ao agenciamento cultural dos juízos de valor.

O Estado Novo português procurou obviamente fazer isto, sobretudo no quadro institucional do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), depois renomeado Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI) no rescaldo da II Guerra Mundial. É no consulado de António Ferro² (1895-

2 Jornalista, escritor e político, António Ferro esteve ligado à introdução editorial do modernismo em Portugal, tendo sido editor da revista *Orpheu*. Admirador do fascismo italiano e da figura do chefe do governo português durante a ditadura do Estado Novo, António de Oliveira Salazar, foi o mentor do que apelidou de Política do Espírito, que procurou concretizar como acção de desenvolvimento cultural no quadro do esforço propagandístico e legitimador do SPN e do SNI, mantendo-se à frente da instituição até 1949.

1956), o primeiro director do organismo e seu grande dinamizador, e ao sabor da sua “política do espírito” que se institui a quase totalidade dos prémios consignados à obra escrita, entre 1934 e 1945: Antero de Quental (poesia), Alexandre Herculano (História de Portugal), Eça de Queirós (romance), Fialho de Almeida (conto ou novela), Camões (obra de literatura ou ciência editada no estrangeiro sobre Portugal), Maria Amália Vaz de Carvalho (literatura infantil), Pêro Vaz de Caminha (relações luso-brasileiras), Anselmo Andrade (doutrina política) (SNI, 1966). O sucesso da estratégia de legitimação e cooptação institucional das mulheres e homens de letras posta em prática pela ditadura a partir da criação de prémios resultou num fracasso. Com a excepção daqueles autores que por comodidade conotativa são aqui designados de situacionistas, a instituição de quase uma dezena de prémios nos domínios literário e ensaístico foi recebida com genérica indiferença pelo universo dos putativos concorrentes, cujo colectivo não aderiu às iniciativas que a esfera do poder político foi promovendo. De maneira sintomática, a rarefacção ou a menor qualidade dos participantes nos prémios criados sabotavam a regularidade de atribuição. Por exemplo, só oito prémios Eça de Queirós, dedicados ao romance, género definidor de posições por excelência, são distribuídos nos vinte e seis anos em que o galardão existiu (de 1935 a 1960). O resultado no plano novelístico não foi melhor. Em dezoito anos, entre 1936 e 1954, o Prémio Fialho de Almeida é concedido somente também a oito títulos. No âmbito dos livros de natureza doutrinal os números são ainda piores, com seis atribuições de prémios Anselmo Andrade em catorze anos (de 1945 a 1958).

A interferência ordenadora do regime colidiu com os sistemas de resistência incrustados no campo da criação literária e das ideias. O próprio António Ferro (1950, p. 140), motor inicial das directrizes estéticas da política cultural e da mundividência propagandística do Estado Novo, quando estava já de saída do SNI, obriga-se resignado a observar que escritores e pensadores “de orientação discutível mas de inegável talento (...) por desdenhosa atitude olímpica ou falsa posição ideológica, se revelaram, se impuseram sem nunca terem concorrido aos nossos prémios”. Neste caso, a autonomia revelada por uma parcela maioritária da comunidade das letras, sobretudo a literária, optou por um distanciamento relativo a projectos como os da política do espírito tal como fora definida na sua génese.

Apesar de não ser palco de uma adesão em massa aos planos e ambições do governo autoritário do Estado Novo no que tange aos prémios literários que aquele

promoveu, não se pode afirmar de modo peremptório que o universo editorial tenha rejeitado a dinâmica literária e ensaística ligada aos prémios do regime. Entre 1934 e 1973 houve várias editoras portuguesas que publicaram autores premiados pelo SPN, depois SNI, e mais tarde ainda Secretaria de Estado da Informação e Turismo, como a Parceria A. M. Pereira (editou oito autores galardoados), a Editorial Império (cinco), a Livraria Tavares Martins, a Empresa Nacional de Publicidade e a Edições Europa (quatro), a Edições Gama e a Agência Geral das Colónias (três) ou a Portugália Editora, a Verbo e a Ática (dois) (Rendeiro, 2010, p. 79). É certo que a maior parte destas editoras possuía um catálogo que se poderia considerar alinhado com o – ou, pelo menos, não contestatório do – governo ditatorial, com as mais significativas excepções da Ática e, sobretudo, da Portugália Editora. E também não se está a falar de um universo editorial tão alargado quanto isso face ao número geral de entidades editoriais (Medeiros, 2010). Mas ainda assim, mesmo considerando estes editores como claramente minoritários face ao número de editores com actividade em Portugal (apenas contando os editores literários), não é possível dizer que a edição tenha ficado completamente impermeável aos prémios do regime.

Evidentemente que o mundo editorial, essencialmente movido por interesses e princípios exteriores ao Estado (ainda que frequentemente optando por lhe solicitar apoio na forma de legislação protectora, de subvenções e subsídios à edição ou de programas de compra ou recomendação estatal de livros), não se quedou fora da prática e dos pressupostos dos prémios como elemento legitimador e promotor da actividade económica da edição. Durante o período ditatorial, por exemplo, a edição avança com propostas e concretizações de prémios literários criados e mantidos colectivamente pelos agentes do livro, e não apenas por editores. Neste quadro, tem relevo determinante a acção do Grémio Nacional dos Editores e Livreiros (GNEL), o órgão associativo a que pertenciam os editores portugueses até à revolução que derrubou o regime salazarista em 1974.

Uma primeira tentativa do GNEL em criar um prémio literário “dos editores”, ainda fortemente colada aos desígnios do Estado Novo, em virtude da forte vinculação aos pressupostos do governo autoritário do então presidente do GNEL, António Maria Pereira (1895-1972), e editor da Parceria A. M. Pereira, não tem grande seguimento. Com efeito, o lançamento em 1941 do concurso literário Procura-se um Romancista... corresponde à única edição do prémio, que não teve continuidade. Só em 1959 o GNEL vai lograr a instituição

de um galardão com relevo no meio literário, que foi entregue anualmente até à sua abrupta extinção em 1965: o Prémio Literário Camilo Castelo Branco, instituído conjuntamente com a Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) e financiado com contribuições pecuniárias dos associados. A estrutura associativa dos editores e livreiros esperava que atingisse um impacto semelhante ao que alcançava em França o Prémio Goncourt (Medeiros, 2010, p. 117). Apesar das debilidades financeiras em segurar o prémio, este é atribuído em sete anos consecutivos, sendo interrompido apenas na sequência do encerramento compulsivo da SPE pelo regime, com o assalto e destruição da sua sede pela polícia política em 1965, e posterior extinção da associação dos escritores. Este episódio de ingerência repressiva nos assuntos da esfera literária e editorial foi a consequência da atribuição do Grande Prémio de Novelística da SPE ao livro *Luanda*, título do angolano José Luandino Vieira, preso pelas autoridades portuguesas sob acusação de terrorismo num momento em que a guerra colonial já decorria há quase meia década. Durante o período em que existiu, o Prémio Literário Camilo Castelo Branco conheceu uma aceitação no universo literário português que os prémios engendrados pelos poderes públicos autoritários nunca obtiveram.

Mas os editores também procuraram criar autonomamente e fora do âmbito colectivo os seus instrumentos de consagração específicos, instituindo prémios literários e ensaísticos próprios ou em parceria como mecanismos de legitimação cultural concorrenciais às iniciativas do Estado Novo nesse domínio. A Guimarães Editores, por exemplo, funda em 1959 na Feira de Frankfurt, em conjunto com sete editores de outros países europeus, uma espécie de comunidade europeia de editores, a EDITEUROPA, para o aprofundamento das trocas entre os seus membros, a edição simultânea de livros e a materialização de um prémio literário comum. Já em 1952 esta editora dera origem a dois prémios, de muito curta duração, aliás: o Prémio Literário Delfim Guimarães e o Prémio Literário António Feijó. Voltando a 1959, a editora Ática lança igualmente dois galardões: o Prémio Ática e, em conjunto com a família de Fernando Pessoa, o Prémio Fernando Pessoa. No ano seguinte é a Editora Arcádia a integrar um directório de editores com 13 membros de diversas nacionalidades que aposta na instituição de dois prémios: o Prémio Internacional dos Editores e o Prémio Formentor. Em 1961 surge o Prémio José Lins do Rego, patrocinado pela Livros do Brasil. De uma colaboração entre a Portugália Editora e a Editorial Inova nasce em 1968 o Prémio de Nove-

lística Almeida Garrett. A profusão de prémios de engendramento editorial, de maior permanência ou mais efémeros, significa nestes anos a vontade de afirmação no campo, procurando os seus promotores uma estratégia de credibilização que os alavancasse simbolicamente e que lhes proporcionasse um lugar que permitisse uma disseminação de obras e autores premiados – não raro em circuito fechado – e, em última análise a expansão ou consolidação de um mercado. Mas os prémios literários são igualmente durante a ditadura portuguesa uma forma de produção contradominadora e de contraprescrição, isto é, de resistência à lógica de penetração no meio literário e de arregimentação autoral posta em marcha pelas tentativas do Estado Novo em controlar de dentro o universo do livro.

A Colecção Como Projecto: Do Timbre Enciclopedista Até à Informação de Consciência

O perfil de uma editorial, patente no seu catálogo, não obedece apenas aos actos volitivos do editor como instância onipotente na disseminação e imposição de um conjunto de ideias aos públicos leitores. Também recolhe influência desses mesmos públicos, nos gostos e tendências de leitura sobre os quais o editor procura exercer uma vigilância permanente, baseando os seus passos e o seu dispositivo de selecção e mediação na percepção que produz acerca daquilo a que o mercado – tomado aqui pelo lado da procura – aspira e dos comportamentos de recepção que vai demonstrar. Editar um livro é, portanto, um processo em que o editor chama a si o encargo de identificar e isolar subculturas do gosto (Gans, 1974). Mas o acto da edição, e a proposta que encerra, consiste igualmente no estímulo ao aparecimento ou modificação dessas mesmas subculturas.

É neste plano que adquirem expressão analítica as colecções (Olivero, 1999; Cervantes Becerril, 2009). Entroncando na produção editorial que induza uma compra continuada, a colecção e a série fazem parceria com práticas vetustas como a venda em folhetim ou por fascículos coleccionáveis. Constituindo a colecção um processo editorial configurador de um padrão que unifique e federe as suas unidades (isto é, os livros que dela fazem parte) num território coerente e reconhecível, ela constitui um dado do maior relevo quanto à forma escolhida pelo editor de produção, comercialização e difusão do livro. A colecção é, nas palavras de Alain-Marie Bassy (1991, p. 616), “a mola da edição moderna. Ela organiza o campo da produção. Ela promove a fuga para a frente. Ela cria reflexos de compra”. Ou seja, e como diria Sílvia Borelli (1999, p. 461), o “leitor reconhece o livro mas

reconhece antes o grupo a que ele pertence”. Estabelece-se, então, entre livro e série uma dialéctica de benefícios: se um título pode conferir autoridade à colecção em que se insira, também a colecção onde certos livros são publicados pode funcionar como instrumento de credenciação dos mesmos. Legitimidade e potencial mercantil justapõem-se nas modalidades editoriais seguidas, confluindo no sistema comunicativo da palavra impressa. Neste sentido, compilar uma série de obras autónomas e chamar à constelação assim reunida uma colecção não é, *de per se*, um dado de identificação. Os aspectos implicados na criação e realização de uma colecção, visíveis na figura de quem a coordena e, não raro, a concebe obedecem para serem eficazes como instrumento de atracção e reconhecimento a linhas bem definidas e inclusive editorialmente bem defendidas.

Procurando ilustrar a dimensão prescritiva com que os editores ou directores de colecção procuraram actuar sob um mercado, fomentando nessa comunidade imaginada de leitores a apetência por um consumo leitoral fidelizador fundado em premissas socializadoras, refiram-se dois exemplos do século XX português: as designadas bibliotecas culturais dos anos 1930 e sobretudo 1940, e as fórmulas ensaísticas e polemizadoras da década de 1960, ambas fora do eixo literário.

Comece-se pelas recorrentemente apelidadas “bibliotecas culturais”, dando como paradigma duas colecções: os Cadernos “Inquérito”, iniciados em 1938 na Editorial Inquérito por Eduardo Salgueiro (1904-1994), e Biblioteca Cosmos, encetada nas Edições Cosmos em 1941 e dirigida por Bento de Jesus Caraça (1901-1948). Os dois exemplos representam o trabalho de edição do director de colecção, coordenador editorial declarado na acepção anglo-saxónica de *editing*, embora Eduardo Salgueiro fosse na Editorial Inquérito o ponto de convergência das funções editoriais do *publisher* e do *editor*.³

Apesar dos Cadernos “Inquérito” e da Biblioteca Cosmos se sustentarem em séries em que o livro era posto à venda a preços acessíveis, com a finalidade expressa de o disseminar fora do espaço das elites, em ambos os casos não se tratou já de recriar colecções de mera divulgação, agregando um manancial de obras informativas seguindo o género das denominadas bibliotecas populares ou repetindo fórmulas anteriores, como a da Bibliotheca do Povo e das Escolas, publicada pela Casa Editora David Corazzi (Domingos, 1985). As Edições Cosmos, por exemplo, não renunciam ao legado

3 Sobre as diferenças semânticas, sociais e funcionais entre *publisher* e *editor*, designações da tradição anglo-saxónica que em língua portuguesa se tendem a subsumir no agregador vocábulo editor, veja-se Nuno Medeiros (2012b).

da velha colecção, assumindo inclusive que a Biblioteca Cosmos recuperava a sua missão. “Nós queríamos fundar uma colecção semelhante à do ‘povo e das escolas’”, assegurando Manuel Rodrigues de Oliveira (1911-1996), o seu editor, que essa terá sido a motivação da compra da Editorial Cosmos. A ideia fora sugerida a Rodrigues de Oliveira pelo secretário-geral do partido comunista português, Bento Gonçalves, durante o encarceramento de ambos por razões políticas em São João Baptista, Angra do Heroísmo, Açores (Andrade, 2001, p. 139). Mas o que agora era empreendido não correspondia já ao figurino e escopo das experiências anteriores, consistindo antes no desenvolvimento sistemático e cuidadoso de um plano de publicações, conforme a ideais filosóficos assentes em princípios definidos e concretizados em torno de uma “ampla compreensão humanista” (Salgueiro, “Plano dos Cadernos ‘Inquérito’”, anexo ao número um da colecção, da autoria de Plutarco. *Licurgo, Reformador de Esparta*. Lisboa: Inquérito, 1938), no caso dos Cadernos “Inquérito”, ou de uma cultura integral do indivíduo, em “que o homem, sentindo que a cultura é de todos, participe, por ela, no conjunto de valores colectivos que há-de levar à criação da Cidade Nova” (Caraça em texto introdutório ao volume inaugural da Biblioteca Cosmos, M. Iline. *O Homem e o Livro: História dos Livros*. Lisboa: Cosmos, 1941, s. p. [10]), no caso da Biblioteca Cosmos.

A defesa de um humanismo novo, sobretudo para Bento Caraça, inscrevia-se numa abordagem de edição directamente vocacionada para a formação de um espírito que pudesse alimentar a acção (Pita, 2003; Neves, 2006). Não é temerário afirmar, portanto, que a percepção do devir histórico e cultural associado à noção de homem moderno, rumo à consecução do objectivo da transformação, espelham a ruptura que Eduardo Salgueiro e Bento Caraça desejam fazer com um certo estado de coisas. De índole inconformista, os responsáveis pelas “bibliotecas culturais” publicam para um público imaginado e irrestrito àquele que existia, antes se dirigindo ao que poderia vir a existir. Bento Caraça, por exemplo, convidava os leitores a uma interacção com a editora e consigo próprio através de um plebiscito mensal, o que constituía, de certa maneira, uma novidade que começava a conhecer algum vencimento nos costumes editoriais portugueses. Refiram-se, como outra ilustração desta tendência de relacionamento directo com o público que se ia definindo, os cadernos culturais ou folhetos de Agostinho da Silva (1906-1994), publicados em edição de autor entre 1940 e 1947.

A natureza de colecções como a das bibliotecas culturais é bastante diversa da de séries como *O Tempo*

e o *Modo*, da Livraria Moraes Editora, *Perspectivas*, da Editorial Presença, *Cadernos de Hoje*, da Prelo Editora, *Polémica*, da Editorial Estampa, ou *Cadernos Dom Quixote*, das Publicações Dom Quixote. Nestas, mais consentâneas com o quadro dos anos 1960, o objectivo consistiu essencialmente numa problematização da realidade coeva, muitas vezes balizada por pressupostos programáticos e correspondendo até a uma agenda – não necessariamente política mas frequentemente, e de modo claro, vinculada ou assimilável a questões apropriáveis pelo debate político, fora do aperto repressivo vivido em Portugal – suportada ou inspirada em movimentos cuja germinação era já sentida. Além disso, se nas edições da época dos Cadernos “Inquérito” e da Biblioteca Cosmos, o processo de decisão editorial derivava de um intento formador e enciclopedista, no sentido até – para o caso de Bento de Jesus Caraça – de uma pedagogia cultural humanista e cívica de âmbito integral para o indivíduo, no decénio de 1960 o objectivo parece consistir num desejo expresso de estímulo à reflexão de base crítica e à participação nos debates que atravessam as preocupações de um certo espaço público, sobretudo no exterior do país.

Por via da apresentação e sistematização de temáticas em torno das quais se suscita o debate, este novo tipo de colecções introduz no espaço editorial português os ecos possíveis dos movimentos e discussões de ordem moral, ideológica e política contemporâneos. Com maior ou menor enquadramento conceptual ou informada mais ou menos profundamente por convicções de índole ética ou mesmo religiosa (Medeiros, 2010; Maués, 2013b), a acção editorial traduzida neste inovador género de séries tenta não já fornecer uma formação introdutória de carácter universal às áreas do saber, segmentadas por conteúdos tematizados de conhecimento, mas abordar em espírito de controvérsia assuntos da actualidade em termos dos valores e das opções que os podem sustentar. A preocupação passa a ser, então, a promoção do debate e o enquadramento da reflexão caucionados por questões fundamentais levantadas por fenómenos, acontecimentos e processos que se estivessem a verificar. E assim funcionavam a partir de uma maneira intencionalmente destabilizadora das mundividências hegemónicas e formalizadas na miríade de instituições que sustentavam a acção dos poderes instalados.

Dois Casos de Mediação e Prescrição Editorial Transatlântica

O quadro de formulação cultural em que actuam os agentes do universo do livro, com especial destaque

para os editores, não se tende a operar fora do projecto e da prática de uma acção que é realizada para fruição de leitores e circulação das ideias. Em mais do que um sentido é, então, possível sustentar que a actividade editorial procura orientar-se para a formação e alimentação de comunidades de consumo leitoral, bem como para a constituição de mercados, mesmo que o pressuposto não obedeça única ou predominantemente à lógica do ganho económico imediato assente numa ordem de produção de ganho financeiro desprovido do elemento simbólico. Se é verdade que a edição sempre se pautou pelo rédito financeiro capaz de aproveitar a industrialização e as transformações sociais e escolares, contribuindo para a disseminação de um livro verdadeiramente massificado (Mollier, 1988), não é menos verdadeiro o facto de que a análise do acto de editar e publicar livro e de engendrar cultura impressa foi e é muitas vezes guiado por interesses e estratégias que decorrem de uma espécie de economia do avesso, expressão de Pierre Bourdieu (1992; 1994), ao referir-se à lógica invertida de ganhos simbólicos do campo autoral e editorial, nem sempre movidos por motivos (pelo menos imediatos) de compensação financeira.

No domínio do livro, o ganho pode então resultar não tanto da venda de um autor ou título em grande quantidade, mas essencialmente da construção de um nome respeitado e legítimo culturalmente, dotado de autoridade simbólica (no plano da literatura, ciência, arte), mesmo que isso se faça à custa de um conjunto de comportamentos ou retóricas de marginalização. O autor marginal ou o editor marginal procuram constituir o seu próprio mercado, e este pode ser determinado sobretudo pelo factor do reconhecimento dentro de um espaço literário de vanguarda ou no seio de um campo disciplinar académico, por exemplo. Veja-se o caso do escritor maldito, que baseia a sua legitimidade na irreverência e na transgressão, assumindo na sua condição de proscrito o reconhecimento literário (George, 2013).

O mercado emerge, então, como um dos elementos nodais de configuração da capacidade e possibilidade editorial de prescrever e formular propostas e escolhas estéticas, de entretenimento, educativas, até de apresentar a um novo público propostas e tradições editoriais e literárias novas. Trata-se essencialmente, por isso, de um espaço de circulação do livro não desamarrado do seu valor de produção e distribuição, e não tanto de uma categoria reduzida à troca comercial. É esse espaço de circulação do livro que é também labor do editor, que o procura e suscita, na sua criação e alargamento, publicando e projectando temáticas, géneros, movimen-

tos e obras singulares em espaços onde anteriormente eles não existiriam ou não circulariam do mesmo modo. E reentra aqui o ciclo da mediação de lavra editorial, bem visível no que concerne à articulação entre diferentes espaços nacionais do livro.

O editor como mediador cultural, erigindo e montando circuitos internacionais do livro, é bem ilustrado na relação histórica inter-atlântica entre os sistemas-livro do Brasil e de Portugal nos séculos XIX e XX (Cooper-Richet; Mollier, 2012; Venancio, 2012), avultando casos como o de Francisco Alves ou de Júlio Monteiro Aillaud (Bragança, 2012), mas também de António de Sousa Pinto ou de Álvaro Pinto. Estes editores funcionaram como agentes de aproximação cultural e editorial entre dois universos editoriais com uma história pautada em larga medida por uma relação complexa de dominação e contra-domação entre si, sendo, por exemplo, o mercado brasileiro visto até bastante tarde por uma fatia larga dos editores e livreiros portugueses como um mercado subalterno e destinado ao escoamento do livro português (Medeiros, 2011). Álvaro Pinto e António Sousa Pinto prefiguram dois casos de editores portugueses que exerceram a actividade de edição tanto no Brasil como em Portugal. Observando a actividade destes dois editores, é perceptível uma intervenção fora do eixo conflitual, promovendo formas que se poderiam designar de pós-imperiais de circulação impressa entre Portugal e Brasil.

Jornalista, escritor, organizador cultural e político, mas sobretudo editor incansável, Álvaro Pinto (1887-1956) foi um militante activo e interventor da causa nacionalista e atlântica, traduzida esta essencialmente na defesa duradoura do que designou de intercâmbio luso-brasileiro. Este editor português deixou um lastro de actividade intensa no domínio da palavra impressa, fosse no âmbito de revistas e jornais da mais diversa índole (fundando e/ou dirigindo periódicos em Portugal e Brasil como *Nova Silva*, *A Vida*, *A Montanha*, *A Bomba*, *A Águia*, *Terra de Sol*, *Crítica*, *Revista de Portugal*, *Ocidente*), fosse no quadro da edição de livros, como as edições das portuguesas Renascença Portuguesa (movimento político e cultural de que foi fundador) e Ocidente e da brasileira Anuário do Brasil. Promotor de um efectivo inter-conhecimento entre Portugal e o Brasil (país onde viveu e editou durante quase duas décadas, entre 1920 e 1937, no Rio de Janeiro), a sua actividade editorial – e a rede de contactos, colaborações e amizades que foi construindo e que a suportou – reveste-se de fundamental importância como prática de fomento do intercâmbio e da valorização do inter-conhecimento, indo muito para além das projecções meramente discursivas. Nos seus

anos brasileiros Álvaro Pinto construiu um catálogo de autores brasileiros e portugueses, congregados pela mão do editor.

A sua intervenção editorial não pode ser dissociada da sua actuação noutras dimensões, estritamente ligadas à promoção militante da cultura e ao fomento de uma circulação de ideias, autores e temas através da acção individual e colectiva assente em movimentos intelectuais e de intelectuais. Para Álvaro Pinto, bater-se por um intercâmbio entre Portugal e Brasil, concretizado em grande medida pelo livro e pela edição,⁴ não se traduzia inevitavelmente no lançamento de propostas que conduzissem na sua perspectiva a um esbatimento das marcas culturais que identificassem as literaturas de ambos os países. O desejo e a prática sincera de intercâmbio, seja pela actividade editorial, seja pela rede de relações de amizade e colaboração com autores, intelectuais, livreiros e editores brasileiros, seja ainda pela colaboração através da imprensa periódica, não terão, por isso, impedido Álvaro Pinto de se ter recusado a imprimir obras por as considerar indecorosas ou ofensivas do seu sentimento de pertença nacional.

Será numa tipografia trazida da cidade do Porto que o editor começa a sua actividade editorial no Brasil, logo em 1920, onde editará parte d'*A Águia*, revista portuguesa que ia então na sua segunda série, e onde começará a aventura da sua editora, Anuário do Brasil. A Anuário do Brasil (Anuario do Brasil na grafia de então) não foi criada como entidade nova, resultando antes da aquisição ao sogro de António Sérgio, que juntou em sociedade Sérgio e Álvaro Pinto, da antiga tipografia da Laemmert & Cia., adquirida em 1910 por Manuel José da Silva, de nacionalidade portuguesa e que era proprietário de uma publicação congénere, o Anuário Geral de Portugal. A denominação social da empresa passou por algumas alterações, aparecendo em 1920 como Álvaro Pinto & Cia (Hallewell, 2012, p. 273). A Anuário do Brasil manteve um programa de edições conjuntas com a Renascença Portuguesa e com a Seara Nova, fruto claro do trajecto de Álvaro Pinto e dos círculos que conheceu e habitou. O Centro D. Vital, fundado por Jackson de Figueiredo, foi outro dos parceiros com quem o Anuario do Brasil realizou trabalho em co-edição. Algumas parcerias ocorreram mesmo a quatro, caso da colecção Eduardo Prado, na sua série A, que agregou duas editoras brasileiras (Anuario do Brasil e Centro D. Vital, am-

4 O título de um dos vários textos que faz publicar no *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro porta o eloquente título “O livro, elemento-base do Intercâmbio luso-brasileiro” (publicado em 8 de Novembro de 1934). Confira-se o apêndice “Intercâmbio luso-brasileiro” ao seu livro *São Paulo: cidade vertiginosa* (Pinto, 1937, pp. 64-66).

bas do Rio de Janeiro) e duas portuguesas (Seara Nova, de Lisboa, e Renascença Portuguesa, do Porto).

Já o editor António de Sousa Pinto (1901-1987) começou a sua carreira editorial no Brasil, constituindo-se como figura central em dois projectos, Livros de Portugal e Edições Dois Mundos, que visavam explicitamente a promoção de obras e autores portugueses no mercado brasileiro, oferecendo ou re-oferecendo aos leitores brasileiros novos e velhos títulos, novos e velhos autores. Com os dois empreendimentos brasileiros, e posteriormente a sua editora portuguesa, Livros do Brasil, o editor procurou efectivamente fortalecer os laços entre ambos os países publicando livros que operassem a criação e alargamento de consumidores nas duas margens do Atlântico (Medeiros, 2015).

Embora Sousa Pinto já estivesse ligado à edição de livros em território brasileiro desde finais dos anos 1930, a Livros de Portugal foi inaugurada no Rio de Janeiro em 1941, em sociedade com os conterrâneos Américo Fraga Lmares (proprietário da editora portuguesa Livraria Civilização) e Pedro de Andrade. Editora, livraria e distribuidora de livros portugueses em território brasileiro, a Livros de Portugal adoptou como projecto estabelecer uma ponte entre o público brasileiro e autores portugueses, clássicos e contemporâneos, nome, aliás, da sua mais antiga e marcante colecção, Clássicos e Contemporâneos. Em 1942, ainda no Brasil, o editor começa a publicar nas Edições Dois Mundos, ventura paralela à Livros de Portugal, com a qual partilhava aliás a colecção Clássicos e Contemporâneos e os livros que a compunham. Esta editora acabou por editar títulos mais contemporâneos de autores e temas portugueses (apresentados frequentemente por escritores e ensaístas brasileiros), inicialmente previstos para a Livros de Portugal, apostando igualmente em autores e tópicos inequivocamente brasileiros, com isso dando pleno sentido ao nome da empresa: Dois Mundos.

Regressado a Portugal, António de Sousa Pinto adquire em 1944 uma casa editorial cuja fundação é feita por Octalles Marcondes Ferreira, editor brasileiro com relevo no panorama do seu país e que procurou internacionalizar os seus negócios editoriais (Hallewell, 2012, pp. 398-399). Com a compra rebaptiza-se a editora com o nome de Livros do Brasil, alargando o seu espectro de actividade à importação e distribuição do livro brasileiro em Portugal e respectivos territórios coloniais, sobretudo africanos. Enceta-se um projecto ambicioso, cuja criação é impossível de desligar da vontade de sistematizar a publicação de literatura brasileira em Portugal. Se há uma história de circulação do livro brasileiro ou de autores

brasileiros em Portugal anterior à Livros de Brasil, não deixa de ser verdade que a nova editora revolucionará a relação dos leitores portugueses com o livro escrito no Brasil, com particular incidência em escritores contemporâneos. A sua primeira colecção porta a mesma designação da editora, Livros do Brasil, título muito claro quanto à intenção do editor, pioneira no lançamento de vários escritores e títulos, antes inéditos em Portugal.

Tanto no caso de Álvaro Pinto como no de António de Sousa Pinto vislumbra-se um desiderato mediador, correspondendo esta actuação mediadora à colocação editorial de um grupo de autores de um país a circular noutro, contribuindo vincadamente tanto para uma dimensão internacional do mercado do livro em língua portuguesa quanto para a constituição de mercados de consumo literário, oferecendo literaturas que eles próprios seleccionam a públicos novos ou mais alargados e inserindo frequentemente essas literaturas em contextos de fruição e interpretação diversos dos originais. São, por isso, também editores que promovem a atribuição de um carácter mais internacional a um autor ou a uma tradição literária na medida em que os transportam para novos lugares de recepção, acrescentando novas texturas e significados aos textos ao deslocarem-nos da sua matriz regional ou nacional de origem.

Nota Final

A concepção da edição que se procurou introdutoriamente explorar encara o universo editorial como um campo que toma forma através de uma acção situada num plano primordialmente simbólico de autorização e prescrição das ideias, dos lares e da estética, plano esse decomposto inevitavelmente num conjunto de práticas e representações mercantis, sem as quais os processos prescritivos deixam de ser apreensíveis. O livro e, mais latamente, o objecto publicado obedecem, nesta medida, a um jogo subtil e plástico, por vezes turbulento, de ligações, reciprocidades, posições e interesses, aspectos promotores de intervenção estratégica sobre o objecto textual a editar, quer do ponto de vista dos princípios, quer do ponto de vista do mercado de leitores. Editar o livro funciona, afinal como maneira não aleatória de recorte social das formas de representar as coisas e as ideias. O livro editado – e distribuído, e publicitado, e vendido e posto a circular – corresponde, por isso, ao resultado material (o objecto) e imaterial (a ideia acerca do próprio objecto) de modos de ver o mundo e de o formular. Editar livros é, neste sentido, oferecê-los à fruição – que pode passar pela leitura ou somente pela

posse – a partir de premissas enunciativas. A introdução na análise de casos empíricos com figurinos concretos pode densificar, mas também perturbar e complexificar, essa mesma análise. Trata-se, porém, de um exercício essencial de ilustração e de teste à narrativa aparentemente escorreita da teorização.

Referências

ALTBACH, Philip. Publishing and the intellectual system. In: ALTBACH, Philip; HOSHINO, Edith (orgs.). *International book publishing: an encyclopedia*. Nova Iorque: Garland, 1995, pp. 271-278.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres e Nova Iorque: Verso, 1991.

ANDRADE, Luís Crespo de. Testemunhos da história cultural e política do século XX. In: *Vértice*, n. 100, 2001, pp. 136-140.

BARBIER, Frédéric. *L'empire du livre: le livre imprimé et la construction de l'Allemagne contemporaine (1815-1914)*. Paris: Cerf, 1995.

BASSY, Alain-Marie. L'édition en marche. In: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (orgs.). *Histoire de l'édition française*. Vol. 4, *Le livre concurrence: 1900-1950*. Paris: Promodis e Fayard, 1991, pp. 615-620.

BORELLI, Sílvia. Livros, editoras, leitores. Leitura e cultura popular de massa no Brasil. In: *Revista de História das Ideias*, vol. 20, 1999, pp. 445-470.

BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Seuil, 1992.

_____. *Raisons pratiques: sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil, 1994.

_____; CHARTIER, Roger. La lecture: une pratique culturelle – débat entre Pierre Bourdieu et Roger Chartier. In: CHARTIER, Roger (org.). *Pratiques de la lecture*. Paris: Peyot e Rivages, 1993, pp. 277-306.

BRAGANÇA, Aníbal. O pretérito futuro do livro. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (orgs.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas e São Paulo: Mercado de Letras, ALB e Fapesp, 2005, pp. 487-498.

- _____. Rio de Janeiro, Paris et Lisbonne. La présence de Francisco Alves dans le monde éditorial européen. In: COOPER-RICHET, Diana; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Le commerce transatlantique de Librairie, un des fondements de la mondialisation culturelle (France, Portugal, Brésil, XVIII-XX siècle)*. Campinas: Publiel e Unicamp, 2012, pp. 31-44.
- BREWER, John. Authors, publishers and the making of literary culture. In: FINKELSTEIN, David; MCCLEERY, Alistair (orgs.). *The book history reader*. Londres: Routledge, 2002, pp. 241-249.
- CERVANTES BECERRIL, Freja. Colecciones y formación de gustos literarios en México. In: *Andamios*, vol. 6, n. 12, 2009, pp. 279-298.
- CHARTIER, Roger (org.). *Les usages de l'Imprimé*. Paris: Fayard, 1987.
- _____. *Culture écrite et société: l'ordre des livres (XIV^e-XVIII^e siècle)*. Paris: Albin Michel, 1996.
- COOPER-RICHET, Diana; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Le commerce transatlantique de librairie, un des fondements de la mondialisation culturelle (France, Portugal, Brésil, XVIII-XX siècle)*. Campinas: Publiel e Unicamp, 2012.
- DARNTON, Robert. *The business of enlightenment*. A publishing history of the Encyclopédie, 1775-1800. Cambridge, Mass., e Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 1979.
- _____. *The case for books*. Past, present, and future. Nova Iorque: PublicAffairs, 2009.
- DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Edição e revolução*. Leituras comunistas no Brasil e na França. Cotia e Belo Horizonte: Ateliê Editorial e Editora UFMG, 2013.
- DOMINGOS, Manuela. *Estudos de sociologia da cultura: livros e leitores do séc. XIX*. Lisboa: Instituto Português do Ensino a Distância, 1985.
- EISENSTEIN, Elizabeth. *The printing press as an agent of change*. Communications and cultural transformations in early-modern Europe. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- _____. *Divine art, infernal machine*. The reception of printing in the West from first impressions to the sense of an ending. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2011.
- FERRO, António. *Prémios Literários (1934-1947)*. Lisboa: SNI, 1950.
- FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970. Paris: Gallimard, 1984.
- FOUCHÉ, Pascal. L'édition littéraire, 1914-1950. In: CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean (orgs.). *Histoire de l'édition française*. Vol. 4, *Le livre concurrentiel: 1900-1950*. Paris: Promodis e Fayard, 1991, pp. 210-258.
- FURTADO, José Afonso. *O papel e o pixel*. Do impresso ao digital: continuidades e transformações. Florianópolis: Escritório do Livro, 2006.
- GANS, Herbert. *Popular culture and high culture*. An analysis and evaluation of taste. Nova Iorque: Basic Books, 1974.
- GEORGE, João Pedro. *O que é um escritor maldito?* Estudo de sociologia da literatura. Lisboa: Verbo, 2013.
- GOODY, Jack. *The logic of writing and the organization of society*. Cambridge, Nova Iorque e Melbourne: Cambridge University Press, 1986.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2012.
- JOHNS, Adrian. *The nature of the book*. Print and knowledge in the making. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 1998.
- LANE, Michael. Shapers of culture: the editor in book publishing. In: *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 421, 1975, 34-42.
- MARTIN, Henri-Jean; FEBVRE, Lucien. *L'apparition du livre*. Paris: Albin Michel, 1958.
- MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura*. Editoras de oposição no Brasil, 1974-1984. São Paulo: Publisher Brasil, 2013a.
- _____. *Livros que tomam partido: a edição política em Portugal, 1968-80*. Doutorado em História. Universidade de São Paulo, 2013b.
- MCGANN, Jerome. The socialization of texts. In: FINKELSTEIN, David; MCCLEERY, Alistair (orgs.).

The book history reader. Londres: Routledge, 2002, pp. 39-46.

MCKENZIE, D. F. *Bibliography and the sociology of texts*. Londres: The British Library, 1986.

MEDEIROS, Nuno. Ações prescritivas e estratégicas: a edição como espaço social. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 85, 2009, pp. 131-146.

_____. *Edição e Editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010.

_____. Influência e contrainfluência na inversão do poder tipográfico entre Portugal e o Brasil. Narrativa e atividade nos editores portugueses”, *História (São Paulo)*, vol. 30, n. 2, 2011, pp. 179-195.

_____. A edição transfigurada: para um enfoque crítico de um sector em transformação. In: *Livro*. Revista do núcleo de estudos do livro e da edição, n. 2, 2012a, pp. 459-468.

_____. Notas sobre o mundo social do livro: a construção do editor e da edição. In: *Revista Angolana de Sociologia*, n. 9, 2012b, pp. 33-48.

_____. From seashore to seashore: The cross-Atlantic agenda of the publisher António de Sousa Pinto, *Portuguese Studies*, vol. 31, n. 1, 2015, pp. 84-93.

MOLLIER, Jean-Yves. *L'argent et les lettres*. Histoire du capitalisme d'édition. Paris: Fayard, 1988.

_____. (org.). *Où va le livre? [Édition 2007-2008]*. Paris: La Dispute, 2007.

NEVES, José. A Biblioteca Cosmos. In: CURTO, Diogo Ramada (org.). *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 823-888.

OLIVERO, Isabelle. *L'invention de la collection*. Paris: Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine, 1999.

PETRUCCI, Armando. Leggere per leggere: un avvenire per la lettura. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). *Storia della lettura nel mondo occidentale*. Roma e Bari: Laterza, 1995, pp. 411-438.

PINTO, Álvaro. *São Paulo: cidade vertiginosa*. Lisboa: edição de autor, 1937.

PITA, António Pedro. Crise e enciclopédismo. A tarefa dos intelectuais segundo Bento Caraça. In: *Revista de História das Ideias*, n. 24, 2003, pp. 433-451.

POWELL, Walter. *Getting into print: the decision-making process in scholarly publishing*. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

RENDEIRO, Margarida. *The literary institution in Portugal since the thirties: an analysis under special consideration of the publishing market*. Berna: Peter Lang, 2010.

ROBERTS, Gillian. *Prizing literature: the celebration and circulation of national culture*. Toronto: University of Toronto Press, 2011.

SIMONIN, Anne. L'édition littéraire. In: FOUCHÉ, Pascal (org.). *L'édition française depuis 1945*. Paris: Éditions du Cercle de la Librairie, 1998, pp. 30-87.

SNI. *Trinta e dois anos de Política do Espírito: exposição dos Prémios do SNI*. Literatura, artes plásticas, música, teatro, cinema (1934-1966). Lisboa: SNI, 1966.

THOMPSON, John. *Merchants of culture*. The publishing business in the twenty-first century. Malden e Cambridge: Polity Press, 2010.

VENANCIO, Giselle Martins. *Pontes sobre o Atlântico*. Ensaio sobre relações editoriais e intelectuais luso-brasileiras (1870-1930). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2012.

Recebido em: 20/03/2015

Aprovado em: 30/04/2015